

A close-up photograph of a person wearing a blue long-sleeved shirt, sitting at a desk and writing with a yellow pencil. The person's hands and the pencil are in sharp focus, while the background is blurred. The overall scene is set in a classroom or study environment.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação de jovens e adultos [recurso eletrônico] : ações de consolidação da agenda / Organizador Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-181-7 DOI 10.22533/at.ed.817201407</p> <p>1. Educação de jovens e adultos. 2. Alfabetização. 3. Letramento. 4. Professores e alunos. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 372</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal
creio na superação dos erros
e angustia do presente.
(Cora Coralina, Oferta de Aninha)

Uma das funções da EJA (Educação de Jovens e Adultos), é reparar os danos educacionais negados essa parcela da sociedade, e provocar mudanças não só nos sujeitos envolvidos. Para isso é necessário que se tenha em mente que essa modalidade de ensino é um pouco mais complexa que as demais, pois os alunos da EJA são jovens e adultos trabalhadores ou não, maduros possuidores de uma consciência e um conhecimento formado a respeito da escola e do mundo e deve ser respeitado. As competências de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são lacunas políticas que ocorrem do interesse dos que operam com e na EJA com o objetivo de se constituírem coletivamente para trabalhar pelo direito ao ensino. Por vez, é fundamental estabelecer o que se verifica em que constituem as políticas públicas sendo que os alunos desse nível já são trabalhadores cansados da vivência cotidiana que busca aperfeiçoamento nos estudos ou até mesmo apenas a conclusão do mesmo e muitas vezes se sente desmotivado pelo descaso público com a EJA que sobrevive sem recurso e sem capacitação adequada aos professores. A partir dos anos de 1990, sobretudo a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, os signatários desse evento comprometeram-se em instituir um conjunto de medidas de cunho reformista, as quais se desdobraram, entre outros exemplos no Brasil, na aprovação da LDB – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), cuja essência não traduziu o que a sociedade brasileira vinha discutindo na agenda da política educacional. Analisando os estudos de Gajardo (1999) e de Azevedo e Silva (2012), identificamos que a reforma educativa refletiu os diversos compromissos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estando explícitas as orientações de cunho neoliberal. Nessa perspectiva, os estudos de Moura (2006) ressaltam que a educação profissional foi enquadrada na chamada dualidade entre o ensino médio e a educação profissional. Enquanto o ensino médio encontra-se na esfera – última etapa – da educação básica, a educação profissional encontra-se em capítulo distinto. Assim sendo, Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. [...] algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto (MOURA, 2006, p. 15-16). Para o autor, a separação entre o ensino médio e a educação profissional foi objeto de interesse político no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Projeto de Lei nº 1603 já indicava essa tendência, mesmo antes da LDB. Em face de intensos e tensos debates, o PL nº 1603

foi traduzido para alguns artigos da LDB, conforme ressalta Moura (2006), além de ficar condicionado a decretos, sendo os mais evidentes o Decreto nº 2.208/97 e o 5.154/2004. A educação de jovens e adultos no Brasil é reconhecida como modalidade educativa, conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), respaldando-se de um lado, no marco legal, estabelecido a partir dos anos de 1980, com a Constituição Federal, e, de outro, no conjunto de ações governamentais materializadas em programas e projetos. Além de se constituir como modalidade educativa vinculada aos sistemas oficiais de educação, de acordo com Gadotti (2001), podemos identificar a educação de adultos não formal geralmente vinculada a organizações não governamentais, igrejas, partidos políticos, entre outros, bem como a educação popular, resultado do “[...] processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares, com o objetivo de apoiar a passagem do saber popular ao saber orgânico” (GADOTTI, 2001, p. 30). No que diz respeito ao marco legal para a educação. Em tempos de caminhos e descaminhos no contexto da política educacional brasileira, sobretudo no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação e do discurso e das lutas por um sistema articulado que garanta a educação como um direito pleno e de qualidade socialmente referenciada, a educação de jovens e adultos situam-se num contexto marcado por desafios no que diz respeito à educação e ao trabalho, sobretudo mediante os altos índices de analfabetismo e da necessidade de qualificação como um dos importantes componentes de inserção ao mundo do trabalho.

Boa leitura a todos!!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APRENDIZAGEM PERMANENTE DE ADULTOS IDOSOS À LUZ DA COMPLEXIDADE	
Josseane Araújo da Silva Santos Ana Maria Freitas Dias Lima Clebson Gomes da Silva Lilian Gama da Silva Póvoa Maria José de Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.8172014071	
CAPÍTULO 2	12
ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: O PANORAMA DA LEGISLAÇÃO ATUAL	
Ana Gabriela Ferreira Brito Wesquisley Vidal de Santana Andressa Borges Xavier Ceila Maria Menezes Oliveira Lidiane Ribeiro da Silva Katia Cristina Custódio Ferreira Brito Luiz Sinésio Silva Neto Neila Barbosa Osório	
DOI 10.22533/at.ed.8172014072	
CAPÍTULO 3	17
CORPORALIDADE E ÉTICA NA EJA: A VOZ DA GESTÃO	
Ana Lidia Felipe Guimarães Maria Judith Sucupira da Costa Lins	
DOI 10.22533/at.ed.8172014073	
CAPÍTULO 4	27
A SUBCOORDENADORIA DE JOVENS E ADULTOS: ARRIEIROS NA HISTÓRIA DE POLÍTICAS DE ACESSO A EJA NA REDE ESCOLAR DO RN	
Liz Araújo Walter Pinheiro Barbos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.8172014074	
CAPÍTULO 5	38
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO PERCURSO HISTÓRICO À PRÁTICA ESCOLAR	
Tânia Mara dos Santos Bassi	
DOI 10.22533/at.ed.8172014075	
CAPÍTULO 6	50
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL EM SÃO MATEUS-ES: UM ESTUDO DE CASO	
Marenilda Gomes do Nascimento Araújo Nilda da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.8172014076	
CAPÍTULO 7	66
FEIRA DE CIÊNCIAS JUNTO AO EJA: CONSTRUINDO A CIDADANIA	
Iêda Aparecida Pastre Nayara Cristina Silva Caldas	

Geovana Destro Cardoso
Gilmarcio de Oliveira Correia Junior
Carlos Eduardo Piovezan
Bruna Alves Moreira Fornari
Barbara Freitas Floriano
Mariana Gouveia Furlan
Janaina Alves Farias
Naira Biagini Maltoni
Ana Rita Rocha Lemos Viana Barbas
Vera Aparecida de Oliveira Tiera

DOI 10.22533/at.ed.8172014077

CAPÍTULO 8 76

FORMAÇÃO DOCENTE INCLUSIVA E COTIDIANOS DIDÁTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Amilton Alves de Souza
Débora Regina Oliveira Santos
Antonio Amorim

DOI 10.22533/at.ed.8172014078

CAPÍTULO 9 87

ITINERÁRIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): INTERFACES COM A QUESTÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Juliana Souto Santos

DOI 10.22533/at.ed.8172014079

CAPÍTULO 10 98

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO EM EJA: A REALIDADE DO TOPA

Cláudia Madalena Feistauer

DOI 10.22533/at.ed.81720140710

CAPÍTULO 11 104

O ENSINO DE MATEMÁTICA NA EJA: REFLEXÕES SOBRE DIMENSÕES, CONTEÚDOS E O PAPEL DO PROFESSOR

Carlos André Bogéa Pereira
Waléria de Jesus Barbosa Soares
Elke Rusana Pires Santos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.81720140711

CAPÍTULO 12 112

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM EMANCIPATÓRIA

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Paulo Alexandre Filho
Claudionor Renato da Silva
Débora Cristina Machado Cornélio
Fernanda Fernandes
Valquiria Nicola Bandeira
Cláudia de Fátima Oliveira
Rosymeire Bispo Palmas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.81720140712

CAPÍTULO 13 122

CRESCER JUNTOS NA PARENTALIDADE POSITIVA: COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS PARA A
EDUCAÇÃO PARENTAL

[Olívia de Carvalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.81720140713

ÍNDICE REMISSIVO 137

SOBRE A ORGANIZADORA..... 138

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL EM SÃO MATEUS-ES: UM ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 10/07/2020

Marenilda Gomes do Nascimento Araújo

Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Instituto Vale do Cricaré.
São Mateus – ES.

Nilda da Silva Pereira

Pós doutora em Sociologia Política pela Universidade de Vila Velha.
Vila Velha – ES.

RESUMO: O presente Artigo destaca a pesquisa acerca da leitura e letramento de alunos do Sistema Prisional em São Mateus, ES. O problema se concentra em saber quais são os processos e práticas pedagógicas produzidas pelos docentes que visam a alfabetização dos alunos privados de liberdade? Diante desta indagação, se formulou como objetivo geral analisar quais são os desafios e possibilidades da alfabetização no ensino aprendizagem de Jovens e Adultos do Sistema Prisional do município de São Mateus. Os objetivos específicos foram: Identificar como a alfabetização consegue ressignificar a vida destes e tecer análise crítica sobre esse processo; observar as interações sociais e as práticas docentes no Sistema Prisional masculino de São Mateus; elaborar material didático-pedagógico que contribua para a

alfabetização dos jovens e adultos privados de liberdade. A escolha do tema se deu pela necessidade de aprofundamento do debate acadêmico sobre as possibilidades de se construir metodologias específicas para a alfabetização do público citado, onde seus saberes e experiências de mundo possam contribuir como guias para a formulação de propostas curriculares político-pedagógicas e interacionistas. O referencial teórico se baseia em autores como Coll (2006), Ferreira (2011), Freire (1996) e outros. A pesquisa é qualitativa e teve como *lócus* o CDPM (Centro de Detenção Provisória) e Penitenciária de São Mateus com a turma da 1ª a da 4ª etapa. Os participantes da pesquisa foram dez alunos matriculados e 2 professoras. Ratifica-se o fato de que a alfabetização no Sistema Prisional é essencial e mesmo diante das dificuldades, vem buscando atuar de maneira eficaz e voltada para uma formação crítico-cidadã daqueles que não tiveram oportunidade de estudo na idade certa a conquistar sua autonomia, recuperar a autoestima e a dignidade.

PALAVRAS-CHAVE: Proposta de alfabetização. Jovens e adultos. Sistema prisional.

CHALLENGES AND POSSIBILITIES OF LITERACY IN THE SYSTEM PRISON IN SÃO MATEUS-ES: A CASE STUDY

ABSTRACT: This article highlights research on the reading and literacy of students in the prison system in São Mateus, ES. The problem focuses on the question: what are the pedagogical processes and practices produced by teachers that aim at the literacy of students deprived of their liberty? In view of this question, the general objective was to analyze what are the challenges and possibilities of literacy in the teaching of youth and adults in the Prison System of the municipality of São Mateus. The specific objectives were: Identify how literacy can resignify their lives and make a critical analysis about this process; observe social interactions and teaching practices in the male prison system in São Mateus; elaborate didactic-pedagogical material that contributes to the literacy of young people and adults deprived of freedom. The choice of the theme was due to the need to deepen the academic debate on the possibilities of building specific methodologies for the literacy of the mentioned public, where their knowledge and world experiences can contribute as guides for the formulation of proposals political-pedagogical and interactionist curricula. The theoretical framework is based on authors such as Coll (2006), Ferreira (2011), Freire (1996) and others. The research is qualitative, with the locus of the CDPM (São Mateus Provisional) and Prison Detention Center with the class from the 1st to the 4th stage. The research participants were ten enrolled students and 2 teachers. The fact that the Literacy in the Prison System is essential and even in the face of difficulties, it has sought to act effectively and focused on a critical-citizen education of those who did not have the opportunity to study at the right age to gain their autonomy, regain self-esteem and dignity.

KEYWORDS: Literacy Proposal. Youth and adults. Prison system.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou este artigo se insere na interrelação das circunstâncias que acompanham a alfabetização de jovens e adultos no Sistema Prisional de São Mateus-ES. Contextualizamos aqui aspectos descritivos de como é a prática pedagógica da alfabetização de jovens e adultos privados de liberdade e, a partir das análises dos problemas apresentados a esta prática, esquadriñar melhores conhecimentos sobre a aquisição da leitura e escrita dos internos privados de liberdade.

A Educação de Jovens Adultos oportuniza uma formação integral para educandos privados de liberdade, permitindo-os a reflexão crítica de si e da realidade em que se inserem. Portanto, a educação é de caráter transformador e oportuniza, dentro do Sistema Prisional, meios para o despertar da consciência crítica e, assim, entretecer melhores caminhos para sua vida. O despertar da consciência crítica se dá com um processo educativo de conscientização, pois homens e mulheres só podem ser conscientes à medida que conhecem. O saber desperta o comprometimento com a própria realidade. A conscientização é formada quando se nota percepções ingênuas sobre a realidade.

Tendo elementos para analisar as causas das opressões sofridas, as pessoas tornam-

se conscientes, se responsabilizam pelo social e lutam pela transformação dessa realidade. Deste modo “nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos” (FREIRE, 1983, p.41). Esta educação é *práxis* autêntica, que cria tensão em relação aos valores estabelecidos, que é dotada de reflexão e ação contrária à repressão. “[...] Cabe aos oprimidos realmente lutar por sua libertação, juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão [...]” (FREIRE, 1983, p. 37-38).

A educação como ato político, sem a pretensão de transformar a realidade sozinha, tem responsabilidade ética, afronta as práticas de exploração, discriminação de gênero, raça e classe – atitudes opressoras que levam à miséria. Essa educação torna-se libertadora. É oportunamente compartilhando desse princípio, que a pedagogia do oprimido implica em dois momentos distintos.

O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na *práxis*, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1983, p. 41).

A escolha desta temática se justifica pela necessidade de aprofundar o debate acadêmico sobre as possibilidades de se construir metodologias específicas para a alfabetização de jovens e adultos no Sistema Prisional, onde seus saberes e experiências de mundo possam contribuir para a formulação de propostas curriculares político-pedagógicas e interacionistas. Saber quais são os processos e práticas pedagógicas produzidos pelos docentes, que visam a alfabetização dos alunos privados de liberdade, se estabeleceu como questionamento central nesta investigação.

A partir dessa indagação, centramos em desenvolver análise sobre os desafios e possibilidades da alfabetização no ensino aprendizagem de jovens e adultos no Sistema Prisional do município de São Mateus, ES. Para que se alcançasse esse propósito, elencamos alguns objetivos que consideramos pertinentes ao bom desenvolvimento da pesquisa: identificar como a alfabetização consegue ressignificar a vida de jovens e adultos privados de liberdade, tecendo análise crítica sobre esse processo; observar as interações sociais e as práticas docentes no Sistema Prisional masculino de São Mateus e, por fim, elaborar material didático pedagógico específico, que contribua para a alfabetização dos jovens e adultos privados de liberdade.

Para o desenvolvimento do trabalho fizemos uma pesquisa bibliográfica, de fontes secundárias, envolvendo estudos de autores sobre o tema ou afins. A partir da leitura de autores como Freire (1983), Gadotti (2008), Coll (2006), Ferreira (2011), entre outros, adquirimos embasamento teórico necessário à investigação proposta.

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Detenção Provisória e Penitenciária de São Mateus-CDPM. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram 10 alunos matriculados na turma da 1ª a 4ª etapas e 2 professoras. Desenvolvemos um estudo qualitativo porque, nessa abordagem, “o conhecimento não se reduz que a um rol de dados isolados, conectados por

uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado” (CHIZZOTTI, 2008, p. 79). Sob esse fundamento, procuramos manter presente o processo dialético, ou seja, valorizando sempre a dinâmica da contradição dos fatos e o sujeito histórico, criador e transformador da realidade. Tendo em mente que nada é neutro, as pessoas e suas ações têm haver com a estrutura sociopolítica e econômica historicamente formada. Antes da pesquisa propriamente dita, fizemos a revisão literária, sempre tendo “[...] um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação [...]” (DESLANDES, 2007, p. 36).

Deste modo, a investigação se deu a partir do exercício de leituras dos autores, nos quais buscamos adquirir embasamento teórico, de maneira que nos possibilitou encontrar possíveis respostas e, assim, subsidiar a investigação proposta. O instrumento para coleta de dados optados se deu por entrevista, com perguntas abertas e fechadas, do qual foram extraídos dados qualitativos sobre o tema abordado. Entendemos que, dessa forma, a aproximação da pesquisadora com o objeto pesquisado seja relevante, de forma a tecer a argumentação necessária, a partir do olhar crítico e do conhecimento factual. Após as discussões e análise dos dados coletados, foi desenvolvido material didático como sugestão metodológica a ser vivenciado em turmas de alfabetização de jovens e adultos no Sistema Prisional de São Mateus.

2 | O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Atualmente, o Sistema Prisional brasileiro enfrenta sérios problemas em sua funcionalidade. A estrutura física, que não comporta seu contingente e o número de profissionais para atendimento dos presos são reduzidos.

[...] a ampliação do encarceramento não é seguida do crescimento do número de agentes penitenciários. Grande parte das unidades prisionais carece de número adequado de agentes, sobrecarregando os (as) profissionais existentes e tensionando ainda mais o ambiente prisional, potencializando a ocorrência de abusos de poder, arbitrariedades diversas e conflitos violentos. Encontramos unidades em que dois agentes eram responsáveis pela segurança de pavilhões com quinhentos detentos cada (CARREIRA, 2009, p. 83).

Além disso, há morosidade da justiça nos atendimentos aos processos penais, o que é considerado um dos maiores problemas dentro da instituição prisional, pois nos últimos anos o número de privados de liberdade cresceu no país. De acordo com relatório do Levantamento de Informações das Penitenciárias (BRASIL, 2016), o Brasil chegou a ocupar o quarto lugar em população carcerária do mundo. Arelado a tudo isso, existe a inabilidade do Estado em prover condições dignas, que atendam à demanda, o que ocasiona graves situações, como rebeliões, doenças físicas e psicológicas, superlotação, entre outros.

Quanto à justiça, se constitui num estado de morosidade, devido ao reduzido número de efetivo, que diz respeito a juízes e promotores públicos, para executar os julgamentos e

efetivações penais. O que resulta em um contingente populacional na “prisão provisória”, cumprindo longas penas, que, por vezes, poderiam ser realizadas através de penas alternativas, ou ainda na liberação daqueles que até já cumpriram suas penas.

Além do número excessivo de prisões provisórias, tais problemas se revelam na lentidão em garantir benefícios previstos na lei de execução penal, na demora para a soltura de pessoas que já cumpriram suas penas (estimado em 9 mil pessoas) e na limitada presença de juízes e promotores nas unidades prisionais (CARREIRA, 2009, p. 20).

Fica evidente a lentidão no sistema quanto ao processo de execução das penas, bem como a necessidade de um efetivo maior, no propósito da resolução do problema, visto que aponta especificamente para o efetivo profissional. Vale pensar que, quanto antes resolvida a questão, menos tempo a pessoa em situação de liberdade privada ficaria institucionalizada, e talvez isso oportunizaria maiores chances de sua ressocialização.

O Sistema Prisional brasileiro é composto por pessoas negras, com baixo nível de instrução ou analfabetas. Perfil este, de acordo com Carreira (2009), que se originou desde a constituição do Estado Brasileiro, que teve um percentual de sua população escravizada, sem acesso aos direitos fundamentais, que até mesmo não eram executados neste território para dada população. Sendo assim “o perfil carcerário brasileiro condiz com o fato de que a população, que, em sua maioria, apresenta trajetórias marcadas pela falta de acesso a direitos básicos, como alimentação, saúde, educação, trabalho, segurança, entre outros. Grande parte dessas pessoas, antes de ser presa, estava desempregada ou vinculada ao subemprego” (CARREIRA, 2009, p. 82).

Em se tratando do município em foco, segundo estimativa do IBGE (COSME, 2009, p. 2), a população de São Mateus é de 101.613 habitantes. E, conforme estudo realizado por Cosme (2009), das 61.328 pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, registradas no censo 2000, 16.923 estavam em condição de analfabetismo funcional, o equivalente a 27,6% da população.

3 | DIFICULDADES E DESAFIOS DO DOCENTE EJA NO SISTEMA PRISIONAL

Para que se compreenda a didática e o seu papel na prática pedagógica do docente do Sistema Prisional, é necessário entender quem é o educador e como ele compreende o fenômeno educativo, tendo em vista as diretrizes que orientam sua atuação pedagógica.

Este educador tem carência de uma percepção sobre importância política no ato de educar. Na realidade da sala de aula, quanto mais o professor direcionar a turma para os seus desejos e formas, menos esses alunos se posicionam. Para o professor, significa “ter uma turma que não dá trabalho”, pois o educando geralmente não questiona, não se incomoda com nada, aceitando tudo passivamente. E tal atitude se repete diante da vida cidadã, pois muitos agem passivamente diante da estrutura autoritária do estado, se julgando subordinados a estes e a suas leis, aceitando o que lhes é imposto acriticamente.

Tais atitudes mostram a importância de uma melhor preparação dos programas de formação de professores/as, haja vista que muitos docentes só terão esse contato com as teorias libertárias nos cursos que fizerem pós faculdade.

Mesmo quando os programas de formação no ensino passam para o âmbito da universidade, a teoria não desempenha um papel comparável ao que tem na formação dos engenheiros, dos médicos ou na dos administradores. A (re) descoberta da complexidade do ofício de professor está menos ligada à crítica à ilusão cientificista do que à descoberta dos limites do bom senso no que se refere a prescrições metodológicas, sobretudo quando as condições e as ambições da prática se transformam (PERRENOUD, 2000, p. 15).

Além da seriedade dos conteúdos necessários à operacionalidade pedagógica, as práticas reflexivas filosóficas e críticas sobre a realidade concreta da sociedade não podem ser ausentadas dos programas de formação profissional universitária. Pois a ação educativa e a prática pedagógica configuram sempre uma opção política. Subjacente a esta prática, estaria presente, implícita ou explicitamente, de forma articulada ou não, “um referencial teórico que compreendesse os conceitos de homem, mundo e sociedade, cultura, conhecimento etc.” (MIZUKAMI, 2006, p. 4).

Os exercícios pedagógicos cultivados pelos profissionais da educação representam maneiras pelas quais educadores aprenderam a lidar com os desafios colocados pela sua atividade profissional.

Um profissional reflexivo não se limita ao que aprendeu no período de formação inicial, nem ao que descobriu em seus primeiros anos de prática. Ele reexamina constantemente seus objetivos, seus procedimentos, suas evidências e seus saberes. Ele ingressa em um ciclo permanente de aperfeiçoamento, já que teoriza sua própria prática, seja consigo mesmo, seja com uma equipe pedagógica (PERRENOUD, 2000, p, 44).

Para que isso seja possível, é necessário que as práticas, as situações concretas, as cenas do cotidiano do espaço escolar, etc. se tornem objetos de reflexão sistemática dos agentes escolares. A formação permanente deve se fundar na reflexão sobre a prática.

A educação crítico libertadora prevê o levantamento preliminar da realidade local, trata da situação limite vivenciada pelas pessoas participantes; as problematizações provocadoras são capazes de contestar fortes construções engessadas pelo senso comum. Todos estes processos só podem acontecer se houver a dialogicidade. “Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial” (FREIRE, 1980, p. 42).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

No setor educacional do Sistema Prisional de São Mateus – Centro de Detenção Provisória (CDP), há uma sala adaptada para a ocorrência das aulas, com carteiras, uma lousa

e materiais copiados para os alunos. Nesse espaço, e durante as aulas, há o monitoramento integral por agentes penitenciários. O material didático é elaborado pela professora regente, que é alfabetizadora. As cópias são feitas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ceciliano Abel de Almeida, a qual o programa é subordinado. Este material é elaborado durante planejamento coletivo das professoras, conforme grade curricular.

Ao planejar a leitura, se compreende que ela deve ser entendida como imagem, pois inicialmente o aluno conhece as letras, as sílabas e as palavras, conseqüentemente, assimilando-as à grafia. Daí a importância de estimular o conhecimento das letras, sua junção. Ou mesmo propor atividades que envolvam imagens, letras do nome, rótulos, desenvolver a leitura a partir de temas já conhecidos por ela (FERREIRO; TEBEROSKY 1995).

Os estudantes participantes do Programa de Alfabetização do Sistema Prisional de São Mateus são, em sua maioria, não alfabetizados ou semialfabetizados. Por isso, a entrevista foi realizada e transcrita pela pesquisadora, mantendo as respostas orais desses educandos.

4.1 O perfil dos alunos privados de liberdade entrevistados

O perfil dos sujeitos da pesquisa, descrito neste subitem, se estrutura pelo levantamento sobre o tempo de prisão, do pertencimento étnico racial, estado civil, da profissão, idades e a experiência de escolarização.

Dos alunos, 50%, responderam que estão em detenção por menos de 01 ano no Sistema Prisional em São Mateus, 30% disseram estar a 01 ano e 20% informaram estar há mais de 02 anos. Dessa forma, confirma-se que esses cidadãos privados de liberdade estão no local aguardando julgamento, conforme informação dos mesmos. Estes ficam no centro de detenção provisória. Para muitos, é possível que o processo demore, no mínimo, dois anos, ou mais, para encerrar. Enquanto esperam se sentem ansiosos, estressados, com medo, saudade, preocupados, doentes, tensos, estressados, entregues à própria sorte etc. Representa, segundo estes, um grande martírio. Dizem que os dias demoram muito a passar. E que não se reconhecem mais, pois estar presos é perder a liberdade, a dignidade e a sua condição de ser humano.

A ideia de pertencimento racial é determinada pelas características fenotípicas dos sujeitos detentos. A maioria, 80%, se identificou pardo, 10% negros e 10% brancos. Ou seja, 90% são negros, o que confirma “[...] o predomínio de população jovem, negra (parda e preta), de baixa escolaridade e de origem popular nas unidades prisionais” (CARREIRA 2019, p. 82). A falta de oportunidades a essa população vem desde o tempo da escravidão. Junto à população negra há a falta de chance de estudo, de formação profissional e a necessidade de trabalhar, desde ainda criança, para ajudar no sustento da família. As pessoas criminalizadas por ser negras vêm de uma historicidade de pobreza. Com a abolição da escravidão, deixaram de ser escravos, mas imediatamente se tornaram criminosos. E como criminosos tornaram-se escravos do estado (DAVIS, 2009).

Em relação ao estado civil, a maioria, 67%, solteiro, os casados somam 22%, e amasiados 11%. Nenhum deles é filho único, variando de 01 a 18 irmãos. Indicaram que

alguns poucos tiveram oportunidade de estudar, já que o próprio não teve. Essa é a realidade de muitas famílias brasileiras, precisando se manter pelo trabalho, opta por não estudar, ou não estudar na idade certa.

As profissões apontadas foram: autônomo, soldador, vaqueiro, braçal, auxiliar de serviços gerais, pintor e pizzaiolo. Apesar de eles não terem formação acadêmica, possuem uma profissão fora do Sistema Prisional de São Mateus. São profissões que não exigem tanto estudo ou conhecimento acadêmico e de remuneração pouco digna. Isso reafirma o que indicaram anteriormente, pois não tiveram oportunidade de estudar e sua busca pela sobrevivência foi mais acentuada que a formação, o que buscam agora, privados de liberdade.

A maioria dos entrevistados tem, 40%, 20 a 29 anos de idade; 30% estão entre 30 a 39 anos de idade; e 30% apontaram ter 40 a 49 anos de idade. Percebe-se que é uma população jovem, não ultrapassando os 50 anos de idade, entre os 20 e 49 anos de idade. Apesar de ser uma população jovem, sua idade está avançada para a alfabetização. Ao procurar trabalho, como não tem capacitação, fica a margem da sociedade, excluída, sem fontes de renda. Diante da falta de expectativa laboral, o mundo da contravenção lhe acolhe.

Sobre o processo de escolarização, 50% dos participantes já frequentaram a escola e 50% não. Os que frequentaram, conseguiram estudar até o 1º ou 2º ano de alfabetização; os demais não frequentaram por falta de oportunidades. Os estudantes privados de liberdade, de modo geral, expuseram que a pobreza extrema e a distância da escola os fizeram abandonar os estudos. Uns foram trabalhar, outros desocupados, que em situação de grande vulnerabilidade, cometeram infrações à lei. O envolvimento com os atos infracionais, muitas vezes, acontece como uma oportunidade de conseguir meios de sobrevivência. É o que se encontra mais próximo da pessoa e lhe oferece uma oportunidade de renda imediata.

4.2 Os sentimentos da não alfabetização pelos alunos privados de liberdade

O sentimento de cada um a respeito de não saber ler e escrever. As demonstrações de sentimentos foram: “muito triste”, “excluído”, “como um cego”, “perdido”, “muito mal”, “com vergonha”, “mal realizado”, “incompleto”. Todos os sentimentos negativos, indicando que a baixa estima é preponderante entre eles. Percebe-se, nas falas dos alunos a desumanização, o que Paulo Freire (1983) chama de “ser menos”. Neste caso, a luta pela alfabetização perpassa o “ser mais”. Isso significa que o ser humano possui em si uma vocação antológica de ser mais. A pedagogia realmente libertadora atua nesta vocação do “ser mais” da pessoa. “Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos (FREIRE, 1983, p.41)”.

Ler e escrever não são os objetivos mais importantes na vida escolar, pois é uma vivência única para cada pessoa. Ao dominar a leitura, abre-se a possibilidade de enxergar diferente a realidade e desenvolver raciocínio, alargar a visão de mundo, de si mesmo e do outro. Por partilhar esse princípio é que a pedagogia do oprimido implica dois momentos distintos. “O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão

comprometendo-se, na *práxis*, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação” (FREIRE, 1983, p. 41).

O despertar da consciência crítica se dá com o processo educativo de conscientização. Homens e mulheres só podem ser conscientes à medida que conhecem. Todos/as, inclusive os estudantes privado/as de liberdade, têm sonhos, esperança e vontade, ser libertos/as, dar continuidade aos estudos, constituir família, trabalhar, enfim, ser respeitados. Mas a sociedade ainda guarda muito preconceitos, discriminação e isso, por vezes, não é possível. Os direitos de ser humano lhes são negados. O próprio sistema não oferece condições necessárias para que eles deem continuidade aos estudos, ou consigam emprego após o cárcere.

Os estudantes privados de liberdade têm a percepção de que a alfabetização pode melhorar seu campo profissional e pode atuar no processo de humanização, que possibilitará a anulação de preconceito, paradigmas e crescimento destes, tanto dentro quanto fora do sistema penitenciário. Sobre a alfabetização, dos métodos usados em aulas dentro do presídio, os detentos estudantes destacaram a relevância da educação para crescimento de cada um deles:

1. Muito importante, sem ela não se educa.
2. A pessoa que não conhece a leitura é cega. O estudo dá uma outra visão. Parece um segredo que a pessoa descobre. Eu aprendi a ler e escrever aqui na prisão (escola). Quando pego um livro já sei o que está escrito.
3. Sim. A educação é a melhor coisa da vida.
4. Muito importante. Quem não tem educação se torna ignorante.
5. Demais, quem tem educação tem respeito. Tem valor. Conseguir o que quer.
6. Muito importante. Para ter um momento de recomeço, e um bom emprego precisa da educação.
7. Com certeza é o melhor que tem, sem a educação a gente não vai a lugar nenhum.
8. Muito importante, tanto para o crescimento pessoal, social e mental. A leitura pode ajudar nos momentos de dificuldades.
9. Muito importante. É bom para ter um futuro melhor. O juiz está lá naquela posição porque estudou. Eu não tive nenhuma oportunidade.
10. Muito importante. Com a educação consegue qualquer coisa: família e trabalho.

Percebemos, nas falas, que os estudantes privados de liberdade não estudaram no tempo certo, mas têm plena consciência de seu papel no mundo e do que a educação bem lhes pode oferecer. Essa abordagem reforça a necessidade da EJA no Sistema Prisional trabalhar voltada para a formação libertária dos educandos e não somente na formação conteudista. Para eles, a formação acadêmica os ajuda a *ser mais* (FREIRE, 2010). Ser mais do que os conteúdos trabalhados, mais do que o Sistema Prisional deseja deles, mais do que as professoras venham a ensinar. Ser mais cidadão, mais crítico e consciente de seu papel no mundo e do que pode acrescentar ou mudar nele. “Faz-se necessária a criação de espaços de ação-reflexão, reflexão-ação que propiciem que o ‘ser mais’ se emancipe, pois este, está inscrito na natureza dos seres humanos” (FREIRE, 2010, p. 75).

Quanto ao método, recursos e os processos de alfabetização utilizados em sala de aula pelas professoras, os estudantes, unanimemente, destacaram como satisfatórios e suficientes. Enfatizaram que as professoras “são pacientes e explicam várias vezes, quantas precisar”. Essa parceria e respeito entre estes educandos e professoras, na fase de alfabetização, é bastante relevante, pois é um processo difícil, dada a idade dos educandos e sua situação de privação de liberdade. A educação é o meio de fazê-los diferentes. Apontaram que ela ajuda “na diminuição da ignorância, na tolerância, na continuidade dos estudos quando sair do presídio, no tratamento com as pessoas, a deixar de ser analfabeto e ler o que se passa no mundo externo, e a poder assinar documentos”.

Esses pareceres acentuam as necessidades da formação humanizada, do desenvolvimento da cidadania, do/a educando/a se perceber com dignidade, com mais vontade de vencer, de mudar suas vidas e de sua família. Se a pessoa possui intensões e desejos que não são dialogados em sala de aula, a educação desrespeita as subjetividades, se desvincula do seu papel de libertação capaz de ajudar os/as estudantes/as exercerem sua cidadania de forma crítica, consciente de seus direitos e de seus deveres na coletividade.

Autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade (FREIRE, 2010, p. 107).

O/a professor/a alfabetizador/a necessita estar atento às indicações dos/as estudantes e escutá-los. Mesmo que o Programa de Alfabetização Prisional descreva que se deve ter pouco diálogo e não estabelecer vínculos com este público, o planejamento docente será de uma educação libertadora voltada às necessidades destes alunos. Neste caso, desobedecer às leis morais injustas se constitui como papel da educação libertadora.

A partir da autonomia dada pelas professoras alfabetizadoras, as pessoas em privação de liberdade podem aprender mais facilmente, sem se preocupar somente com os conteúdos programáticos, mas com o seu porquê, sua funcionalidade e sua construção. “A educação de analfabetos e jovens reclusos deve estar integrada no sistema educacional do país, para que, depois da sua libertação, possam continuar a sua formação” (CARREIRA, 2009, p. 11).

4.3 As concepções das professoras do Sistema Prisional em São Mateus

As professoras relataram que:

Professora **A**: Em escolas regulares o professor leva para a sua sala o material que sua aula requer. Enquanto que no Sistema Prisional, não. Tudo é restrito e confiscado. Na base conta-se tudo (caneta, caderno, lápis...) todos os dias. Na entrada e na saída.

Professora **B**: em relação a aprendizagem, pelo os alunos estarem fora das informações tem muita dificuldade. Porém, no quesito interesse do aluno é melhor porque devido ao confinamento a única ponte que o aluno tem com o exterior (fora) é a escola. A escola é a única forma de ter contato, a única válvula de escape. O professor é quem mais o respeita. A educação é a luz no fim do túnel.

A professora *A* falou que a relação do Sistema Prisional e sua rigidez é complexa, em se tratando de alfabetização, período que requer muitos recursos didáticos. Já a professora *B* destacou a aprendizagem com respeito, acontece sem indisciplina, e que a afinidade deve existir entre o professor alfabetizador e seus educandos, afinidade que não deve se confundir com afetividade, naquele espaço.

A atenção é um cuidado positivo, que as professoras precisam desenvolver nas turmas de alfabetização da EJA do Sistema Prisional, pois, a partir da atenção, da motivação, e de outros fatores positivos, é que os estudantes serão capazes de ter fé. Isso os alavancará para novas conquistas e a capacidade de aprender e se libertar. “Fé na vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens” (FREIRE, 1983, p. 93-94).

Quando questionadas sobre como se sentem em trabalhar em um estabelecimento prisional, a Professora *A* se posicionou, “me sinto privilegiada por conhecer pessoas tão diferentes da minha realidade” e a Professora *B* destacou, “me sinto ser professora de verdade, realizada. Aqui o foco do aluno é o estudo”. As respostas indicam que a realidade do Sistema Prisional, em relação à educação, é diferente, tanto para estudantes como para as professoras, pois têm uma classe disciplinada e monitorada, em que não há nada extra ao que elas ensinam e delegam aos educandos.

Porém, quando questionadas sobre o material e o método utilizados na alfabetização, as respostas destacadas fortalecem a educação tradicional. Professora *A* usa “o básico: livro didático, caderno, borracha e lápis”. A Professora *B* trabalha com “livros, quadro, pincel, televisão, filmes, *pendrive*, material de pesquisa impresso, panfleto de supermercado, método: aula expositiva, pesquisa bibliográfica – tanto o tradicional quanto o construtivista ou aquele que o aluno se adapta melhor. O adulto aprende melhor com o tradicional, silabando”. A Professora *B* explora uma variedade maior de recursos e de métodos, o que deve facilitar o trabalho de alfabetização, principalmente com adultos. Já a Professora *A* trabalha apenas com o que julga básico, material disponibilizado pela unidade prisional e pela escola a que está subordinada.

A escolha e utilização dos recursos didáticos passam a ser uma opção de cada professora. O sistema não exige ou indica o que usar, ele possui regras, mas antes delas, há muito a ser explorado. Quando a professora se utiliza de ferramentas e novas metodologias para ensinar, ela deseja que seus alunos aprendam e, a partir do conhecimento, transformem sua realidade, sua vida. Por isso é relevante inovar para transformar o que não está bom. “[...] a transformação é a busca por um novo mundo” (FREIRE, 2010, p. 80). Mesmo que o externo ainda não seja sua realidade, os estudantes precisam conhecer para buscar melhorias, como disseram, para assinar, para ler o que o mundo externo lhe apresenta, para conseguir um emprego, e outros depoimentos.

Na visão das professoras entrevistadas, seus trabalhos na instituição deveriam ser acompanhados de mais projetos de apoio àqueles que não evoluem na alfabetização, por exemplo, no contra turno. “E também diminuir a quantidade de medicamento para quem faz uso, pois os tornam sonolentos e atrapalham a aprendizagem” (Professora *A*). “A Secretaria

de Segurança poderia valorizar mais a educação. O que o aluno privado de liberdade faz de errado, o castigo é retirá-los da escola” (Professora B).

A instituição prisional possui normas internas e isso se aplica ao Programa de alfabetização e demais. O estudo é visto como forma de remição, pois o aluno compensa em sua pena. As sanções a que ele se submete dependem de seu comportamento, que, sendo bom, traz bônus. É válida cada sugestão de alteração, mas há sistemas que são fechados na regulamentação e devem ser conhecidas e respeitadas, para segurança, inclusive de docentes.

Observa-se que as professoras pecam pela sua própria metodologia, de cunho tradicional, quando afirmam “despertar nos alunos o interesse pelos conteúdos” (Professora A). No entanto, apresentam uma outra dificuldade, que é concreta no trabalho pedagógico com encarcerado, pois, “nem todos os materiais necessários podem ser utilizados” (Professora B).

Ambas destacaram dificuldades, mas diferentes entre si. A Professora A indicou que julga mais complexo despertar o interesse dos alunos. Mas sua motivação, em relação aos recursos didáticos e métodos, mostraram que ela não os varia, optando pelo básico. Se investisse mais em práticas motivadoras, os estudantes poderiam ter mais interesse.

Se a relação professora-alunos fosse mais cordial, mais próxima, no sentido de dar atenção, de se preocupar com inovar suas aulas com recursos e metodologias que motivem o aprendizado, certamente a aprendizagem fluiria. Sobre isso, Freire nos indica que a relação pode ser positiva ou negativa, dependendo da maneira como ela for estabelecida entre esses seres. “[...] as relações entre educadores e educandos são complexas, fundamentais, difíceis, sobre o que devemos pensar constantemente” (FREIRE, 1997, p. 53), mas podem ser melhoradas, se houver empenho por parte dos professores.

As aulas de alfabetização no Sistema Prisional podem ser mais prazerosas, em que professoras e estudantes possam não apenas estudar conteúdos programáticos, mas dialogar sobre a vida, a partir de pontos positivos, a partir do que os educandos vivenciaram e que lhes foi satisfatório, ou mesmo o que desejam que seja. “Procurar conhecer a realidade em que vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos impõe: sem isso não temos acesso à maneira como pensam, dificilmente então podemos perceber o que sabem e como sabem” (FREIRE, 1997, p. 53).

A Professora B gostaria de utilizar mais materiais didáticos, mas como há restrições, devido ao fator segurança, não o faz. Um ponto que, apesar de ser uma dificuldade, pode se configurar como ação de segurança para sua integridade, pois estudantes estão ali e não se conhece a fundo sua personalidade e pensamentos. No entanto, a professora pode usar estratégias, dinâmicas, pesquisas, fazer a diferença. O aluno espera por isso.

As maiores dificuldades na alfabetização dos alunos, segundo as professoras, perpassam o uso de drogas, incluindo as bebidas alcoólicas, o que dificulta a aprendizagem e atrapalha o desenvolvimento dos alunos. Na relação pedagógica da EJA, com os alunos privados de liberdade de São Mateus, notamos que, por serem adultos e estar a tempo fora da escola, a construção pedagógica é mais complicada. Mesmo sem um estudo mais

aprofundado sobre o uso de drogas, a professora A afirma, pelo senso comum, que há influência de tóxicos na vida dos alunos, o que atrapalha a concentração e a aprendizagem, sendo um processo longo e não se sabe até onde aprenderão. Por outro lado, o Sistema Prisional não possui tratamento para dependentes químicos. Somente existem alguns projetos e a realização de palestras sobre estas questões.

Após o lar, a escola se apresenta como um dos principais espaços sociais. No ambiente escolar se desenvolvem experiências, onde se adquire novos conhecimentos a partir da coletividade. Em âmbito de cárcere, onde a sala de aula é o espaço de uma penitenciária, as dificuldades são bem maiores, o que requer do profissional alfabetizador uma formação para a atuação eficaz, dentro das possibilidades. Enfim, é uma outra realidade, que exige bastante criticidade do professor. Há, por exemplo, palavras que se deve ter cuidado para pronunciar com os alunos. Algumas podem gerar conflitos e sentimentos ruins. Na leitura, a interpretação do aluno de uma palavra ou imagem depende das associações que ele faz. “Por isso mesmo, pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária” (FREIRE, 1996. p. 30).

Se o/a professor/a parte do princípio que os/as estudantes privados de liberdade/as são marginais, drogados/as, pessoas ruins e incapazes de aprender, elimina qualquer prática construtiva transformadora com estes/as estudantes. Tais princípios só podem ser condizentes com a educação bancária, totalmente oposta à educação libertadora, que por si é humanitária. Um dos princípios fundamentais da educação libertadora é criar meios para que o/a educando/a aprenda o respeito ao outro e a si mesmo.

A educação libertadora é horizontal e nunca vertical. O educando/a não aprende quando sente medo, mas quando há troca afetiva. Existe, assim, uma cumplicidade no procedimento de ensino e aprendizagem, facilitando a horizontalidade entre eles/as. E sobre isso, Freire nos ensina que,

É na convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócio histórico-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica” (FREIRE, 1996, p. 11).

A pessoa em liberdade privada deseja conquistar seu lugar, redimir sua pena e, quem sabe, viver e conviver numa sociedade que ainda não sabe como e se o aceitará. O/a professor/a do Sistema Prisional não precisa abrir mão da rigurosidade, da pesquisa para ter amorosidade. A exigência de relações respeitadas, da disciplina construída como um pacto coletivo, autonomia intelectual pelo/a educando/a, responsabilidade etc., este aluno participa de um ensino de rigor, porém nunca autoritário. Por isso, Freire (1996) instrui que o ato de ensinar exige respeito aos saberes dos/as educandos/as, disponibilidade para o diálogo, consciência do inacabado, o reconhecimento de ser condicionado/a, convicção de

que a mudança é possível. Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Se a atitude pedagógica for autoritária e egoísta, acaba limitando o desejo de autonomia do estudante, restringindo a sua curiosidade e inquietude.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a realidade da EJA é abalizada pela descontinuação e por tênues políticas públicas escassas para dar conta da demanda presumível e da realização do direito, nos termos situados pela Constituição Federal de 1988. É esta educação, ainda com especificidades mais embaraçadas, que estão inseridos os/as estudantes privados de liberdade. A partir desta pesquisa, entende-se, portanto, que a EJA prisional poderia ser melhorada se focada na formação humanitária dos educandos. Sistemáticamente, estes desejam melhoria na qualidade de vida e esperam que isso aconteça também através dos conhecimentos dados pela ação educativa humanista. Entretanto, analisando o currículo e a metodologia do sistema educacional no Sistema Penitenciário de São Mateus, identificou-se que ambos não se direcionam à formação humanizada, ou seja, para a vida após o cárcere, cercada de preconceitos, segregação e discriminação.

Faltam mais estudos e pesquisas relacionados à educação libertadora, por parte das professoras, que se veem, na maioria das vezes, como cumpridores/as de regras do sistema e que sua obrigação é, muito mais, como aplicadoras de conteúdos do que formadoras de cidadãos/ãs, pessoas que dependem de sua motivação. Aos professores deve ser oportunizada essa formação humanizadora, o que seria essencial, pois a metodologia atual é engessada pela educação tradicional, privando-as de uma prática criativa e diferenciada.

Sabe-se que o Sistema Prisional tem suas normas, muitas vezes necessárias à proteção do próprio corpo docente. Todavia, é preciso um olhar diferente, ante aqueles/as que ali estão. Seus restabelecimento e reinserção à sociedade são fundamentais e o agrupamento escolar é mais uma chance de viver em grupo e de este os/as perceber como parte integrante.

A alfabetização na EJA prisional forma acadêmicos que certamente um dia sairão libertos. Seria, então, relevante, que estes saíssem melhores do que ali entraram, mais conscientes de seu papel e mais almejantes de, como cidadãos, assumir seus deveres e resgatar seus direitos um dia anulados.

Quando o/a professor/a atua nas turmas de alfabetização e em Sistema Prisional, ele/a precisa estar preparado para as dificuldades que pode encontrar em sua prática diária, já que as situações de aprendizagem são imprevisíveis e cada dia acontece de uma maneira. A formação docente é um ponto relevante porque, a partir do conhecimento teórico, o/a docente pode esquadrihar subsídios que enriqueçam sua prática. Portanto, contribuindo para um planejamento que abranja estratégias de ensino aprendizagem, focados em recursos concretos e em associações dos conteúdos, com elementos que os/a estudantes conheçam fora do contexto da escola, ou até mesmo em seu interior.

Sobre o planejamento, entende-se que ele deve se realizar como forma de organização da prática, para que se trabalhe com necessidades do grupo escolar, pois cada um possui suas peculiaridades, que devem ser respeitadas. O/a alfabetizador/a precisa entender que não estará apenas ensinando a decodificar letras, sílabas, palavras. Estará, outrossim, orientando a leitura do/a educando/a privado/a de liberdade, que aprenderá a ler e compreender palavras, gestos, imagens, pessoas e o mundo, contribuindo para as mudanças necessárias a seu favor. Ele/a, então, caminhará por uma educação que o leve ao encontro com o seu “ser”, certamente arraigada aos conteúdos significativos. Sempre lembrando que a educação é um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 dez 2019.

_____, MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação**. 2013. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 mar 2019.

_____. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento nacional de informações penitenciárias- INFOPEN**. Dezembro de 2016.

CORTEGAGNA, Paola Andressa. Análise histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **VI Jornada do HISTEDBR**, História, Sociedade e educação no Brasil – Reconstituição histórica das instituições escolares no Brasil, realizado em 7 a 9 de nov. de 2005. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer-histedbr/jornada/jornada6/trabalhos.htm>> acesso em: 13 de maio de 2020.

CARREIRA, D. **Relatoria nacional para o direito humano à educação: educação nas prisões brasileiras**. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

CARVALHEIRO, M. S. **Políticas públicas educacionais da EJA aplicadas nas unidades prisionais pós 1995**. 2010. Disponível em: <http://www.educadores.dia--dia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigosteses/2010/Pedagogia/apolpu beja.pdf>. Acesso em: 04 de mar de 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COLL, C. **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

COSME, G. M. **Da formação no curso de licenciatura em matemática de São Mateus ao profissional da EJA**. Dissertação de Mestrado em Educação. Vitória: UFES, 2009.

DAVIS, Angela Y. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25.ed. revista e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 31-60.

FERREIRA, A. R. **Crime-prisão-crime: o círculo vicioso da pobreza e a reincidência no crime**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.p hp?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar 2018.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Trad. Diana Myriam. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Alfabetizando leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2010.

_____. **Política e educação**. 8º edição. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2007.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, Moacir. **MOVA, por um Brasil alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 2006.

PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 20, 35, 36, 40, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 74, 87, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 111, 116

C

Complexidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 21, 22, 55, 81, 82

Corporalidade 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

E

Educação de Jovens e Adultos 12, 17, 18, 19, 20, 27, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 64, 66, 68, 75, 76, 77, 78, 85, 87, 97, 98, 104, 105, 112, 113, 117, 118, 120, 122, 137, 138, 139

Educação Parental 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134

Educação Sexual 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 137

Educadores 3, 36, 55, 61, 81, 83, 89, 90, 91, 92, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 133, 134

EJA 17, 18, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119

Ensino 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 56, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 74, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 132, 137

Envelhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 122

Ética 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 43, 52, 101

F

Formação 2, 3, 7, 9, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 97, 99, 107, 110, 114, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137

Formação Docente 38, 40, 46, 63, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 120

H

História 8, 9, 19, 20, 23, 25, 26, 27, 30, 31, 38, 64, 70, 91, 94, 95, 99, 101, 106, 114, 115, 117, 137

I

Idosos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 36, 42, 49

L

Legislação 12, 13, 15, 38, 40, 41, 68

Letramento 50, 98, 99, 100, 101, 102, 103

M

Matemática 64, 91, 95, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

P

Parentalidade 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133

Parentalidade Positiva 122, 126, 131, 132, 133

Política Educacional 10, 14, 27, 87, 89, 96

Práticas Educativas 38, 78, 106

S

SUEJA 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37

T

TOPA 3 98

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br